

# REPRESENTAÇÕES DE TRABALHO NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA <sup>1</sup>

Fernando Perli <sup>2</sup>

**Resumo:** A definição de um campo de comunicação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) caracterizou-se por uma rede de entidades sociais, religiosas e partidárias que configuraram um amplo movimento social em suas ações e representações. Dentre as representações políticas mais difundidas pelos instrumentos de (in) formação dos sem-terra se destacaram concepções de trabalho para a arregimentação nacional e a internacionalização da luta pela terra. Este artigo procura apontar alguns significados de trabalho construídos e difundidos na organização do MST através dos meios de comunicação elaborados e apropriados pela Direção Nacional do Movimento.

**Palavras-chave:** trabalho, movimento dos trabalhadores rurais sem terra, meios de comunicação.

**Abstract:** The definition of a field of communication of the Landless Rural Workers Movement (MST) was characterized by a network of social organizations, religious and political party that shaped a broad social movement in its actions and representations. Among the most widespread political representations of the instruments (in) formation of landless detached work conceptions for the regimentation of national and international struggle for land. This article tries to point out some of the meanings of work constructed and disseminated within the organization of the MST through the media and timely prepared by the National Movement.

**Keywords:** labor, movement of landless rural, media.

## 1. Introdução

O presente artigo propõe analisar significados de trabalho defendidos por intelectuais, representantes de entidades de apoio e lideranças do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Sob a ótica dos meios de comunicação do MST focaliza-se a construção de ideários de trabalho na consolidação e internacionalização da luta pela reforma agrária. Parte-se de pressupostos decorrentes de pesquisa desenvolvida em nível de Doutorado, na área de História, cuja análise se deteve na trajetória dos meios de comunicação do MST, levando em consideração as redes de sociabilidades entre sujeitos e entidades que consolidaram e ampliaram as áreas de atuação dos trabalhadores rurais sem-terra, as estratégias de difusão de ideias e representações políticas de lideranças e apoiadores do movimento social rural.

---

<sup>1</sup> Este texto parte de perspectivas apontadas no desenvolvimento da pesquisa em nível de Doutorado, na área de História e Sociedade, que resultou na Tese “*A luta divulgada: um movimento em (in) formação – estratégias, representações e política de comunicação do MST (1981 – 2001)*”, defendida em abril de 2007, na Universidade Estadual Paulista (UNESP/Assis-SP).

<sup>2</sup> Doutor em História pela UNESP. É professor das Faculdades Adamantinenses Integradas, em São Paulo.

Dentre diversas representações difundidas pelos meios de comunicação do MST, abrem-se possibilidades para se compreender a edificação, os significados, as transformações das concepções de socialismo e as relações com os conceitos de trabalho em suas afirmações e negações, decorrentes da dinâmica organizativa dos sem-terra, do processo de crise do “socialismo real” e da mundialização do capital.

Assim, como objetivo geral, o artigo propõe lançar algumas ideias presentes em materiais de cunho organizativo do MST que possibilitam uma compreensão inicial sobre representações de trabalho. Para isso, as concepções predominantes constituem duas fases da história de organização do Movimento: a consolidação nacional e a configuração do internacionalismo da luta pela terra.

Por representações entendemos parte constituinte de uma ideologia política contida em instrumentos informativos que expressam atos coletivos, fundamentam a organização e unificam um conjunto de ideias como legítima manifestação de autoridade de lideranças do movimento social. (ANSART, 1978: 36). Compreendemos que as ideias contidas nos meios de comunicação do MST integram conjuntos articulados de representações. Representar consiste numa interpretação de algo que está ausente ou na idealização de uma proposta para identificação do grupo social. (CHARTIER, 1996: 47).

Entendidos como espaços de tensões e de luta simbólica, os instrumentos de difusão de representações políticas foram ampliados e configurou uma *identidade sem-terra*, colocando na pauta da Direção Nacional do MST a elaboração de uma política de comunicação que constituiu um vasto e importante corpo documental para a compreensão da história do movimento social. Compõe este conjunto de materiais analisados o *Boletim Sem Terra* (1981 – 1984), o *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra* (1984 – 2001), os *Cadernos de Formação* (1984 – 1995), os *Boletins e Cadernos de Educação* (1992 – 2001), os *Cadernos de Cooperação Agrícola* (1993 – 2001), as coleções *Fazendo História* (1995 – 1999) e *Fazendo Escola* (1998 – 2001), a página virtual [www.mst.org.br](http://www.mst.org.br) (1997), o *CD Arte em Movimento* (1998), o *Projeto Terra* (1997), a *Revista Sem Terra* (1997 – 2001), *Programas de rádios comunitárias Vozes da Terra* (2000 – 2001) e audiovisuais (1982 – 2001). Seu escopo se delimita até o ano de 2001 mais por referência temporal do trabalho de doutorado, sendo que muitas destas produções se estendem até o presente momento.

Os recursos para a produção destes meios de comunicação foram variáveis, desde os arrecadados com a venda dos materiais até os conquistados com o apoio de ONGs e agências de cooperação internacional, que os direcionaram para projetos alternativos de combate à miséria e de democratização da comunicação. O envolvimento destas entidades, por ser múltiplo, construiu um movimento social em rede de informação que, através do uso de tecnologias, ampliou sociabilidades políticas dando projeção mundial ao MST. Questões como estas colocaram em cena as indefinições das fronteiras entre movimentos sociais rurais e urbanos, expressões dos desencontros da modernidade desenraizada. (MARTINS, 2000: 45).

Não obstante as ações coletivas dos sem-terra serem concretizadas, em sua maioria, no espaço rural mediante as ocupações de terra e a organização de acampamentos, toda uma estrutura de organização, divulgação da luta e das representações da Direção Nacional do MST fora montada em cidades como Porto Alegre (RS) e São Paulo (SP), com o apoio de ONGs e entidades solidárias.

A consolidação da organização e a defesa do internacionalismo da luta dos sem-terra contaram com estratégias de comunicação adotadas no processo de associação de diferentes grupos de apoio à luta pela reforma agrária, que contribuíram para mudanças internas do MST e dimensionaram significados de trabalho.

## 2. Política de comunicação e identidade sem-terra

A luta pelo poder, enquanto luta pelo domínio da opinião pública pode direcionar a análise de um extenso material publicado por entidades solidárias, pelo próprio MST e por diversos profissionais que, ao realizarem projetos de comunicação alternativos, tiveram seus trabalhos reconhecidos nos círculos da militância sem-terra, sendo perceptível a constituição de categorias de representações coletivas através de variados elementos, como a participação de entidades e ONGs na organização política do Movimento, a concepção de sociedade ideal difundida entre integrantes, as estratégias de propagação de ideias e ações portadoras de significação enquanto ritos e símbolos estabelecidos nos gestos e nas representações visuais.

Nos últimos anos, o papel da imprensa tornou-se tema destacado na análise da formação e consolidação do MST, em sua maioria, através de estudos que apontaram posições de empresas jornalísticas perante as ações do Movimento. A relação entre MST e mídia, comumente considerada atribulada, construiu na organização dos sem-terra um campo de debates sobre estratégias de divulgação da luta. Produto deste contexto, o documento *“Por uma Política de Comunicação do MST”*, propôs conjugar normas, regras e procedimentos de maneira harmonizada e coerente, visando reforçar a *identidade sem-terra* e a necessidade do cumprimento de medidas em duas dimensões: na primeira, orientar militantes sobre a importância de compreender o papel da comunicação na sociedade de classes; na segunda, motivar a militância definindo uma linha política para todos os meios de comunicação do MST. (MST, 1995: 9).

Berger (1998), ao analisar o posicionamento do Jornal *Zero Hora*, de Porto Alegre (RS), perante a organização do MST e as estratégias adotadas pelo Movimento para divulgar a luta na imprensa, concluiu que o texto jornalístico, além de ser um mecanismo de exposição dos sem-terra no espaço público, deslocou a cena vivida no campo para o universo da cidade e para as esferas de poder. A análise nos revelou a produção da notícia num campo simbólico multiforme, construído pela simbiose do que é ser rural e urbano.

Consideramos que a proposta de uma política de comunicação do MST decorreu de uma resistência às informações e representações veiculadas pela grande imprensa, notadamente urbana. Ao analisar como os sem-terra foram representados na mídia, Bertol (2003), baseando-se em jornais e revistas que enunciaram o *“ponto de vista urbano”* da questão agrária no Brasil, mapeou as coberturas da imprensa escrita em torno do MST. Para a autora, esses veículos construíram e manipularam a imagem do Movimento perante os leitores, sendo produto da influência política que os meios de comunicação de massa – representados por empresas de televisão, rádio e jornais de diferentes níveis de circulação – exerceram sobre a cultura política nacional.

Nesse contexto, lideranças do MST defenderam um projeto mais amplo de reforma agrária, capaz de proporcionar uma interação da sociedade civil e ampliar as propostas de luta para além das reivindicações de acesso a terra. Em contraposição, o crescimento do

Movimento e a conquista de espaço na mídia fizeram vir à tona contradições e tensões da própria organização. Embora primasse por uma estrutura com abrangência nacional, o MST apresentava uma consistência organizativa diferenciada nos Estados, o que não evitou dissidências.

As relações sociais entre os sem-terra abriram discussões sobre a condição social dos trabalhadores rurais, construindo uma identidade política inerente à dinâmica formativa do Movimento. Roseli Salette Caldart, pedagoga e militante do Setor de Educação do MST, chamou atenção para o estudo da *identidade sem-terra*. Para a autora, tal tarefa seria impossível acaso não compreendêssemos seu vínculo histórico com a cultura camponesa. (CALDART, 2000: 24).

Todavia, adquirir a *identidade sem-terra* não significou enquadrar-se em ideários da organização e das lideranças, pois os mesmos eram fruto de debates teóricos que escapavam, em grande parte, da realidade dos trabalhadores rurais. Os sem-terra lutavam por objetivos ligados diretamente à conquista da terra e, através dos reprodutores culturais legitimados na luta, travou-se um combate pela conquista do direito à comunicação e de defesa de uma sociedade socialista através dos sonhos de um mundo possível veiculados nos meios de comunicação do MST.

Das mudanças decorridas desde a formação do Movimento, ser *sem-terra* passou a ser sem-salário, sem-moradia, sem-educação, na medida em que o conceito surgiu da comparação entre valores urbanos e rurais. Ao identificar no urbano as condições que o mundo social rural não foi capaz de perceber, ocorreu um processo de unificação do poder simbólico, cujas representações de socialismo e trabalho agregaram valores do campo e da cidade substanciando o desenvolvimento das lutas sociais contrárias, num primeiro momento, aos latifúndios e falta de moradias urbanas, num segundo, aos discursos fatalistas de que o sonho de um mundo possível acabara com a queda do muro de Berlim e, num terceiro, ao neoliberalismo e a globalização.

Ao desenvolver estudos sobre o MST, Grzybowski (1991) considerou os movimentos sociais como espaços políticos em que trabalhadores rurais elaboraram diferentes identidades, ampliando suas projeções políticas através do reconhecimento de sua existência e sua cidadania. Junto a lideranças de trabalhadores rurais defendeu que a *identidade sem-terra* surgiu do processo de articulação de diversas lutas pela terra ocorridas no centro-sul do Brasil no início da década de 1980. A *identidade* era uma significação que caracterizava a transformação de um enorme e diversificado número de expropriados trabalhadores rurais em força social atuante que se valia do princípio da conquista da terra e, depois, de articulações políticas que construíram o internacionalismo de movimentos sociais no campo.

Interessante notar que a definição de uma *identidade* sistematizada em textos de escritores e pesquisadores militantes tinha um sentido dinâmico. Entendida como uma “*construção em movimento*”, a *identidade sem-terra* estava “*enraizada na luta*”, sendo a prática política elemento de construção das tradições e de transformação de significados da luta dos sem-terra. A *identidade*, nesse sentido, era entendida como uma construção sustentada pelos instrumentos que simbolizavam a unidade da luta dos trabalhadores do campo e da cidade.

### 3. MST, socialismo e trabalho

No início do ensaio *“Renascendo das cinzas”*, Eric Hobsbawm (1992) lançou o problema a que se propôs: *“qual é o futuro do socialismo?”*. Para compreender a questão apresentou outras perguntas: *“qual o seu passado e como este passado afeta a sua situação presente e suas possibilidades futuras?”*. As dúvidas postas demonstraram a preocupação do autor com *“o termo, o conceito, o programa, as realizações do socialismo e as políticas socialistas”*, não como dados objetos, mas como *“construções mentais”*. (BLACKBURN, 1992: 25).

As *“construções mentais”*, ao serem definidas e difundidas por sujeitos que usam diversos meios, constituem representações políticas. O ensaio de Hobsbawm é pertinente para justificar o que propomos: apresentar alguns sentidos de trabalho inseridos num ideário socialista de organização dos sem-terra.

O historiador inglês se ateu às transformações dos termos desde a simples derivação da palavra *“social”* no século XIX, enquanto natureza do ser *“sociável”*, até significações de democracia social e dos sistemas soviéticos que alegaram a implantação do socialismo. O enfraquecimento estrutural daquilo que denominou de *“socialismo real”* não reduziu a definição da *“plataforma socialista do século XXI”*, fortalecida por três consequências do desenvolvimento mundial do capitalismo: a ecologia; o aumento das desigualdades entre habitantes de países ricos e pobres; a redução dos seres humanos aos desejos imediatistas em decorrência da subordinação do social ao capital. Nesse sentido, se o capitalismo exige *“um crescimento de produtividade sem fim”*, o socialismo e novas concepções de trabalho se fortalecem ao defender que *“em primeiro lugar devem vir as pessoas e não a produção”*. (BLACKBURN, 1992: 268).

Para Robert Kurz, o *“socialismo real”* não superou a sociedade capitalista da modernidade por não substituir a forma social histórica do sistema produtor burguês baseado na exploração do trabalho. (KURZ, 1992, p. 25) Apesar da análise do autor ser instigante, Antunes (1999) o criticou por apontar um *“caos destrutivo contemporâneo”* desprovido de sujeitos sem, contudo, apreender movimentos de classes que transcendem o sindicalismo tradicional e fortalecem lutas sociais que questionam o capitalismo e a lógica destrutiva que afetou o mundo do trabalho. (ANTUNES, 1999, p. 164).

Dentre uma variedade de movimentos sociais desencadeados no mundo em contestação ao poder do capital, no Brasil, Antunes destacou o MST como catalizador e impulsionador das lutas sociais do campo e da cidade:

embora seja um movimento de trabalhadores rurais, ele tem incorporado os trabalhadores excluídos da cidade, que retornam para o campo (...), resultando numa síntese que aglutina e articula experiências e formas de sociabilidade oriundas do mundo do trabalho rural e urbano. (ANTUNES, 1999, p. 248)

É importante considerar algumas relações e contradições entre campo e cidade para elucidarmos a organização do MST, pois se desde a antiguidade clássica o campo esteve associado a uma forma natural de vida, ignorância, limitação, inocência ou virtudes simples e, em contraposição, a cidade foi identificada a centros de realizações, de saber, mundanidade, ambição e comunicações, como estas representações são perceptíveis e

agregadas na sociabilidade política entre movimentos sociais rurais e urbanos? (WILLIAMS, 1999, p. 11)

Nota-se que tais implicações expressa no trabalhador rural sem-terra uma consciência de ausência de valores econômicos e simbólicos construídos no espaço urbano. Estes valores não adentraram a economia rural, mas se espraiaram nos gestos e ambições de um futuro construído simbolicamente pelos agricultores. Como sugeriu Bourdieu (2000), a atração do modo de vida urbano unificou o poder simbólico fundamentado no reconhecimento dos valores dominantes, gerando uma representação cidadina de camponês inculcada na consciência do homem do campo. Desta representação cidadina, anteriormente referida, foram elaborados meios de comunicação para difundir o conteúdo político do MST.

A leitura destes materiais foi apontada por lideranças sem-terra como uma das práticas para se alcançar uma sociedade democrática e socialista. Considerava-se que através dos estudos, posições e argumentos, seriam produzidos efeitos de um convívio, base do socialismo. Os assentamentos deveriam ser valorizados como espaços de elaboração desta cultura política, onde a *identidade sem-terra* seria manifestada nas relações sociais, mediante os choques de diversas manifestações culturais, hábitos alimentares, festas e costumes trazidos por assentados de diferentes lugares. Ao sentirem esta diversidade, os sem-terra construiriam uma identidade a partir dos pontos comuns que os agregavam, como a conquista da terra e a produção agrícola em assentamentos, ocupando os materiais impressos uma condição estratégica na busca desta similaridade. (CADERNO DE EDUCAÇÃO, 2005: n.13).

Interessante observar que os enfoques dados ao socialismo estão relacionados a práticas de trabalho, entendidas não como mecanismo de exploração dos homens, mas voltadas para a agregação de valores sociais, para a mobilização dos trabalhadores do campo e da cidade, para a cooperação agrícola como forma de demonstrar a viabilidade da reforma agrária perante um latente processo de modernização e exclusão tecnológica.

A defesa do socialismo, após a queda do muro de Berlim em 1989, foi publicada pelo *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra* em reportagens, artigos de opinião, versos e ilustrações. Este ideário característico dos que dirigia o tablóide e o MST, apesar de encontrar receptividade dos leitores, implicava muitas dúvidas aos trabalhadores rurais sem-terra. Através da seção *Cartas* o mundo socialista foi representado pelos leitores como uma alternativa à expropriação capitalista da terra, porém, pairavam curiosidades e interrogações.

Na carta do leitor João Laranjeira, de Altônia (PR), evidente era o sentimento de conhecer melhor o socialismo:

... no jornal, gosto muito das vitórias dos trabalhadores rurais, da defesa do socialismo. Queria saber mais sobre Cuba, comparar a vida dos trabalhadores lá com a nossa, sem casa, sem saúde, sem transportes. Através da interpretação evangélica o socialismo está vivo. Há que analisar a história, para não sair correndo e se atolar no brejo. (JORNAL SEM TERRA, 1992: n.111)

Em geral, as posições de leitores sobre o socialismo misturavam-se com o sonho de uma sociedade solidária, frequentemente citada por representantes de entidades de apoio ao MST, dando forma a uma proposta socialista primária. A expressão "*solidariedade*", herdada do processo de arregimentação do MST, ainda retratava a força do ideário cristão nas bases da organização dos sem-terra. Para o frei Nelson Camello, de Curitiba (PR):

Acredito na mudança da sociedade a partir dos pobres através de sua luta e organização. Acredito no MST. O sonho de uma sociedade solidária não acabou e será realidade na medida em que a classe trabalhadora continue a luta. (JORNAL SEM TERRA, 1992: n. 112)

O sentido do trabalho estava no fortalecimento dos laços dos sem-terra, pois além de mostrar a viabilidade da reforma agrária, contribuía para a construção da *identidade sem-terra* inserindo o trabalhador rural num mundo produtivo que o distanciava dos problemas sociais gerados pelo mundo industrial. A continuidade da luta dos sem-terra dependia da organização, seja em sua dinâmica interna, seja nas associações políticas internacionais. As sugestões do leitor referentes ao socialismo fizeram parte de um contexto em que o MST posicionou-se em defesa do regime político cubano, cuja situação era deteriorada diante dos embargos econômicos de países capitalistas. Esclarecimentos sobre a viabilidade do socialismo compuseram seções extensas dedicadas à América Latina, marcando uma fase de valorização de terrenos ideológicos com forte aspiração de transformação social concebida por uma cultura política socialista.

Vale mencionar que em 1992, mesmo ano que foi publicada a posição de frei Nelson Camelo, a luta pelo socialismo ganhou abrangência continental. Movimentos sociais rurais da América Central e do Norte reuniram-se em Manágua, capital da Nicarágua, no Congresso da Unión Nacional de Agricultores y Ganaderos (UNAG), criando a Via Campesina, movimento internacional de coordenação de organizações camponesas.

Como referências, o *Jornal Sem Terra* e os *Cadernos de Formação e de Educação* do MST serviram para representantes da Via Campesina difundir ideias para a construção de uma rede internacional de solidariedade aos trabalhadores rurais. A princípio, defendeu-se a divulgação da organização pelos meios de comunicação dos movimentos sociais que a compunha, pois a própria estrutura da campesina tinha um caráter descentralizado com a criação das Secretarias Operativas, definidas como instâncias nacionais representadas por movimentos sociais rurais integrados. Aproveitando meios de divulgação já adotados por organizações camponesas em seus países, foi estruturada uma rede de comunicação campesina em defesa do socialismo e para combater a veiculação de informações favoráveis à globalização econômica. (CASTELLS, 2002: 104).

O contato com experiências camponesas de outros países transformaram conceitos, pois o processo de ampliação da luta dos sem-terra direcionou debates para um campo teórico que irradiava para além do socialismo difundido no cotidiano dos acampamentos e assentamentos rurais. Entender as representações dadas pelos sem-terra ao socialismo e a constituição de um campo teórico por parte dos que contribuíram para este debate, torna-se condição relevante no desenvolvimento de pesquisas preocupadas com as conotações socialistas defendidas pelo MST no processo de mundialização do capital.

Neste contexto histórico que compreende a consolidação do MST entre 1984 e 1989, e o fortalecimento da internacionalização da luta dos sem-terra a partir do início da década de 1990, evidenciaram-se alguns significados de trabalho, geralmente relacionando a prática laboral à conquista da reforma agrária, à cooperação agrícola e ao estudo como forma de consolidar a organização dos sem-terra mediante o planejamento coletivo, a gestão democrática e a auto-organização.

O sentido do trabalho enquanto ação política voltada para a reforma agrária foi difundido por lideranças sem-terra nos anos de articulação do MST em nível nacional. Isto ficou evidente diante da diversidade de assuntos apresentada pelo *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*, entre 1985 e 1987, quando sua pauta teve como eixo temático a reforma agrária, que agregou uma série de reivindicações de trabalhadores rurais, intelectuais e instituições sociais. O conceito de trabalho vinculou-se à reforma agrária na medida em que a conquista da terra era entendida como garantia de sobrevivência dos sem-terra, sendo a aquisição da terra fruto da eminência do trabalho.

O *Jornal Sem Terra*, ao representar a Executiva Nacional do MST nos anos de fundação do Movimento, assinalou que:

Para os lavradores, mudar significa terra para trabalhar e o fim da violência. (...) O interesse é claro e legítimo: uma Reforma Agrária, sobre a qual muito se fala mas pouco se faz. Lutar por um pedaço de terra é caminhar concretamente para a conquista deste objetivo. (JORNAL SEM TERRA, 1984: n. 36).

Num sentido geral era denotada uma visão simplista com relação à reforma agrária. Esse momento foi entendido por João Pedro Stédile como de planejamento para a consolidação da unidade do MST, tendo na conquista da terra o eixo que sustentava as instituições envolvidas na luta pela terra. Pensava-se “*que reforma agrária era apenas a distribuição de terra e o fim dos latifúndios*”. A concepção era que tendo acesso a terra o camponês iria resolver os problemas de sua família, pois teria um lugar para trabalhar. (STÉDILE, 1997: 105).

A continuidade das ocupações de grandes extensões de terras improdutivas marcou um momento da organização dos trabalhadores rurais através do emprego da palavra de ordem “*Terra não se ganha, terra se conquista*”. Porém, em 1986, a ideia simplista de reforma agrária foi repensada por causa dos problemas sociais e econômicos enfrentados por assentados. Era necessária, além da organização para o acesso a terra, a estrutura para se manter nela. Assim, o enfoque dado pelo *Jornal Sem Terra* foi a cooperação agrícola. Intensos debates realizados em acampamentos, assentamentos ou congressos foram transplantados para o tablóide, refletindo um remodelamento na sua estética e distribuição de matérias.

A ideia de trabalho enquanto ocupação e mobilização para promover a reforma agrária geraram uma discussão quanto à restrição da luta ao lema da conquista da terra. As manifestações e os debates no MST enfatizaram a temática da cooperação agrícola no trabalho cotidiano dos assentados como forma de estruturação da luta. Esse tipo de trabalho foi entendido por lideranças sem-terra e intelectuais como um assunto importante dentro das temáticas da política e organização.

Depois de muita luta, instalar-se num pedaço de chão não quer dizer que a ‘guerra acabou’. Muitas vezes, a luta para ficar na terra e consolidar-se nela é mais dura e penosa do que a luta para conquistá-la. Conscientes dessa realidade e de que o êxito dos assentamentos é uma questão política, as lideranças dos assentamentos assumem o desafio, confiando na capacidade de organização dos trabalhadores. (JORNAL SEM TERRA, 1987: n.60)

A valorização do trabalho cooperativo foi difundida para os assentamentos, lugares importantes para a organização que difundiam experiências positivas ou negativas do movimento social rural. Muitos assentados enfrentavam problemas sociais e econômicos, não conseguiam se articular e perdiam a identidade da luta. Por isso, foram traçadas medidas de estruturação da cooperação agrícola. A idealização do trabalho cooperativo partia do princípio de intercâmbio entre lideranças de assentamentos de vários Estados como elemento de agregação e de fortificação das formas de organização dos sem-terra.

A cooperação agrícola era entendida como uma solução para os problemas dos assentamentos. Lideranças sem-terra defendiam a articulação de uma equipe nacional de cooperação agrícola para trocar experiências de diferentes projetos desenvolvidos no Brasil. (MEDEIROS, 1999: 29). Pressupunha-se incentivar a comercialização direta dos produtos dos acampados e assentados com associações urbanas, priorizando a produção coletiva.

A estruturação dos assentamentos dependia da criação de equipes de formação que pudessem adequar cursos específicos à política de organização do MST, gestão administrativa e da própria cooperação. A formação política em todos os níveis e a intensificação do programa popular de educação primária e implemento da alfabetização dos adultos deveriam ser planejadas e executadas com materiais didáticos elaborados pelo próprio Movimento. (CALDART, 1997: 31).

Não focar esse tipo de organização significava desmobilizar os trabalhadores rurais diante da falta de perspectiva que gerava a conquista da terra. Caso as dificuldades e limitações de manutenção nos assentamentos fossem evidenciadas, o MST perderia forças pela inviabilidade do que defendia. Dessa forma, a ideia de reforma agrária cedeu espaço para um projeto sustentável de conquista da terra, mediante a apresentação de mecanismos econômicos, políticos e sociais que o tema deveria envolver.

O sentido do trabalho para o Movimento passou a ser orientado mais pela manutenção na terra, do que propriamente pela conquista. De um trabalho agrícola de subsistência com conteúdo político, o MST passou a defender o trabalho cooperativo com o objetivo de quebrar barreiras do mercado. Nestas ações políticas, ocupou espaço na difusão de um novo sentido de trabalho para os sem-terra os denominados *Cadernos de Formação, de Educação e de Cooperação Agrícola*. Também conhecidos como *cartilhas*, estes materiais serviram para a formação de quadros defendendo o trabalho metódico e preceitos socialistas.

Os *Cadernos de Formação* foram usados para divulgar teorias e métodos organizativos, geralmente aplicados em cursos de capacitação ministrados por lideranças sindicais e sem-terra, abordando assessoria popular, sindicalização e cooperação agrícola. Em “*A luta continua: como se organizam os assentados*”, título do caderno nº 10, a Comissão Nacional dos Assentados incentivou a discussão nas comunidades e grupos de famílias sobre a permanência do homem no campo através da melhoria de infra-estrutura e dos meios de cooperação entre os trabalhadores rurais.

A apresentação, além de tratar do tema “*cooperação agrícola*”, vinculou o meio de comunicação do MST à construção de laços de sociabilidade entre os *sem-terra*:

Este é um primeiro passo para troca de experiências entre os companheiros. Esperamos ter bons resultados e contamos com novas sugestões dos companheiros para lançar novos livros e continuarmos empenhados na luta por dias melhores. (CADERNO DE FORMAÇÃO, 1986: n. 10).

Roseli Salete Caldart, ao compreender os assentamentos como locais para o desenvolvimento de práticas educativas inovadoras, percebeu que a produção e as definições mais gerais da organização da vida dos sem-terra nos assentamentos, relacionavam-se a própria estratégia de luta mais ampla do MST. (CALDART, 2000: 21). Nesse sentido, o caminho da luta pela terra e de manutenção dos assentamentos tiveram nos *Cadernos de Formação* um dos mecanismos de divulgação mais forte.

Mediante estes materiais foram difundidas regras básicas para serem formadas novas lideranças, sendo os assentamentos considerados terrenos férteis para brotar forças políticas do movimento social:

Com o trabalho em conjunto se consegue formar mais lideranças. Essas lideranças podem sair e ir ajudar outros assentamentos e outras lutas pela terra, sem prejuízo na sua lavoura. (CADERNO DE FORMAÇÃO, 1986: n. 10).

A formação da *identidade sem-terra*, além de decorrer dos espaços cooperativos de produção, ganhou forças na organização de escolas itinerantes de acampamentos ou fixadas em assentamentos, na medida em que lideranças do MST consideravam a educação um instrumento para o fortalecimento de um novo sentido de trabalho.

No texto “*O MST e a Escola do Trabalho*”, que compõe o *Boletim da Educação* nº. 4, Caldart (1994) propôs uma educação para a cooperação agrícola que avançasse na viabilização da produção e do trabalho coletivo nos assentamentos, preparando “*as pessoas para a cultura, ou para o jeito de viver socialista*”. Tomando a cultura política no sentido em que Berstein (1998) define, como uma leitura do passado e uma projeção no futuro difundida por representações que desenvolvem uma “*noção de conjunto e diversidade*”, as diretrizes de uma “*Escola Diferente*” transformada numa “*Escola do Trabalho*”, divulgaram, através da prática pedagógica e dos materiais impressos, representações de socialismo e trabalho defendidas pelo MST. A ênfase para o sentido social da escola, a educação para a cooperação agrícola, a capacitação para o trabalho, o “*desenvolvimento do amor pelo trabalho no mundo rural*” e a preparação das novas gerações para as mudanças sociais, inseriram o projeto de educação do MST no ideário de construção de uma sociedade socialista. (BOLETIM DA EDUCAÇÃO, 1994: n.4).

Amadurecida em anos de organização dos sem-terra, a chamada pedagogia da cooperação propôs a reinvenção das técnicas pedagógicas e didáticas através de uma Escola conciliada ao trabalho. (MST, 1997: 2). Uma das bases teóricas lançadas pelo *Boletim da Educação* nº. 4 foi extraída da obra “*La educación laboral e la enseñanza*” de Nadezhda Konstantinovna Krupskaya, cuja premissa educacional era:

preparar pessoas integralmente desenvolvidas, (...) preparadas na teoria e na prática para todo tipo de trabalho, tanto manual como intelectual, que saibam construir uma vida social racional, plena, bonita e alegre. Estas são as pessoas para construir a nova sociedade, socialista. (KRUPSKAYA, 1986: 52).

Para lideranças sem-terra e pedagogos apoiadores do MST, um dos objetivos da escola era aprofundar a compreensão sobre o conceito da relação entre educação e trabalho baseada na dimensão educativa do trabalho e da cooperação. Para isso, a prática educativa

consistia na relação do ser humano com a natureza e a vida social, sendo as práticas do mundo do trabalho mais integradas para a educação humana.

Assim,

o trabalho envolve um conjunto de processos e de ações que transformam a natureza, constroem e reconstróem a vida em sociedade. Através do trabalho, as pessoas, coletivamente (ninguém trabalha sozinho, sempre se relaciona com alguém), garantem a vida e as condições objetivas de seu desenvolvimento, num determinado tempo e espaço social. (BOLETIM DA EDUCAÇÃO, 1994: n. 4)

O trabalho passou a ser entendido como um princípio educativo na formação da consciência das pessoas, uma dimensão que personificava os trabalhadores, pois as propensões para o desenvolvimento da cooperação agrícola dependeriam da experiência de trabalho de cada um, seja individual ou coletiva. Considerando a escola que educa pelo trabalho, a construção de uma sociedade socialista estaria na geração de sujeitos sociais através da consciência do trabalhador ao dar-se conta do que faria, para que e para quem, apropriando-se dos resultados e da gestão democrática dos processos de trabalho.

Foi na construção de um sentido de trabalho cooperativo que o MST acrescentou o conceito “*produzir*” aos lemas de luta pela terra “*ocupar e resistir*”, elaborados na gênese do movimento social rural. Da arrematamento de lutas locais e regionais que constituíram um movimento nacional de trabalhadores rurais sem-terra, as mudanças de significações do trabalho vinculado às ações políticas de ocupação para as de produção agrícola, consistiram duas frentes de atuação dos sem-terra. Uma, no campo de organização dos assentamentos, demonstrou resultados e impulsionou novas ocupações de terra no Brasil. Outra, num plano internacional, projetou realizações do MST e o colocou numa condição de destaque perante a organização da Via Campesina.

## Referências

- ANSART, Pierre. **Ideologias, conflitos e poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.
- BERGER, Christa. **Campos em confronto**: a terra e o texto. Porto Alegre: UFRGS, 1998.
- BERTOL, Raquel. **Como os sem-terra se inventaram pela mídia**: a novidade social nos anos 1990. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 31, p. 3-23, 2003.
- BLACKBURN, Robin. **Depois da queda**: o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte**: gênese e estrutura do campo literário. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- \_\_\_\_\_. **Contrafogos**: táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- \_\_\_\_\_. **O campo econômico**: a dimensão simbólica da dominação. Campinas: Papyrus, 2000.
- \_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

CALDART, Roseli Salete. **Educação em Movimento**: formação de educadores e educadoras no MST. Petrópolis: Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**: escola é mais do que escola. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 8 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

\_\_\_\_\_. **O poder da identidade**. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.

CHAVES, Christine de Alencar. **A marcha nacional dos sem-terra**: um estudo sobre a fabricação do social. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. **MST: formação e territorialização**. 1994. 285 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente**: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.

GOHN, Maria Glória. **História dos movimentos sociais**: a construção da cidadania dos brasileiros. 3 ed. São Paulo: Loyola, 2003.

\_\_\_\_\_. **Mídia, terceiro setor e MST**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. **Teoria dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 8 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

GRAZIANO SILVA, José. **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1982.

GRZYBOWSKI, Candido. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. 3 ed. Petrópolis: Vozes/Fase, 1991.

HAMMES, Roque. **Igreja católica, sindicatos e movimentos sociais**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003.

HOBBSAWM, Eric J. **Os trabalhadores**: estudos sobre a história do operariado. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

\_\_\_\_\_. **Rebeldes primitivos**: estudos sobre formas arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

KURZ, Robert. **O colapso da modernização**: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. 6 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples**: cotidiano e história na modernidade anômala. São Paulo: Hucitec, 2000.

\_\_\_\_\_. **O sujeito oculto**: ordem e transgressão na reforma agrária. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

\_\_\_\_\_. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

MEDEIROS, Leonilde Servolo. **Os trabalhadores rurais na política**: o papel da imprensa partidária na constituição de uma linguagem de classe. In: COSTA, Luiz Flávio Carvalho; SANTOS, Raimundo. **Política e reforma agrária**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. p. 41-57.

PERUZZO, Cicília K; COGO, Denise; KAPLÚN, Gabriel. (coord.). **Comunicação e movimentos populares**: quais redes? São Leopoldo: Unisinos, 2002.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970 – 1980)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de Movimentos Sociais**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1999.

STÉDILE, João Pedro. (Coord.). **A reforma agrária e a luta do MST**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Artigo recebido em 30/06/2010

Artigo aceito em 21/07/2010